

Plano de Governo Municipal
2025/2029

Documento da Coligação:
“Por Amor a São Felipe”
Composta pelos partidos: União Brasil, Republicanos e Avante

São Felipe
2024

Sumário

Introdução	3
Plano de Governo	4
Desenvolvimento da Gestão Pública e Economia	5
Transparência	5
Eficiência	7
Empreendedorismo e renda	8
Agricultura Familiar	9
Desenvolvimento sustentável, segurança e mobilidade Urbana	12
Meio ambiente e Saneamento	13
Segurança e Defesa Civil	14
Trânsito e Mobilidade Urbana	15
Desenvolvimento Urbano	17
Infraestrutura e Obras	17
Desenvolvimento Humano	19
Assistência Social	20
Cultura e Turismo	24
Educação	27
Esportes e Lazer	29
Saúde	31
Considerações Finais	36

Introdução

Apresentamos as propostas da gestão para o município de São Felipe, 2025 – 2029, representando toda a população, em especial as mulheres sanfelipenses.

Representamos a educação, a cultura, a saúde, o esporte e o lazer, bandeiras que defendemos com afinho e amor por acreditarmos no potencial transformador destas áreas em prol do desenvolvimento de São Felipe, principalmente, na sustentação da economia e do desenvolvimento do potencial social fortalecendo a agricultura.

Simbolizamos a classe trabalhadora, os sindicatos e associações, pois acreditamos no potencial destes trabalhadores e trabalhadoras para a construção e elevação do espírito inovador que a sociedade sanfelipense necessita.

Espelhamos a classe empresarial e os comerciantes de São Felipe, que necessitam de apoio das políticas públicas para crescer e desenvolver uma dinâmica verdadeira e efetiva, contribuindo o desenvolvimento da infraestrutura, com geração de emprego e renda e com a qualidade de vida do nosso povo.

Reproduzimos os anseios ambientalistas na defesa do meio ambiente, dos rios, nascentes e matas que ainda restam no nosso município, assim como a fauna e flora da nossa região. Compreendemos que São Felipe precisa proteger a sua biodiversidade natural.

Por fim, defendemos a família, base para a construção de uma sociedade mais justa e sem discriminação. Entendemos que as políticas públicas podem apoiar na orientação das famílias para formação e educação dos seus filhos, exigindo um novo modelo de gestão que entenda a realidade que cerca o município de São Felipe.

É buscando todas essas diretrizes que pretendemos, se for a vontade de Deus e dos sanfelipenses, construir um mandato que possibilite, junto com o povo, uma cidade melhor. Serão quatro anos de trabalho intenso, ético, honesto e responsável, com resultados expressivos para nossos conterrâneos.

Plano de Governo

O plano de governo 2025 – 2029 se baseia em 4 grandes eixos de políticas públicas:

- **Desenvolvimento da Gestão Pública e Economia**
 - *Transparência;*
 - *Eficiência;*
 - *Empreendedorismo e Renda.*
 - *Agricultura Familiar.*

- **Desenvolvimento Sustentável, Segurança e Mobilidade Urbana**
 - *Meio Ambiente e Saneamento;*
 - *Segurança e Defesa Civil;*
 - *Trânsito e Mobilidade Urbana.*

- **Desenvolvimento Urbano**
 - *Infraestrutura e Obras..*

- **Desenvolvimento Humano**, com os seguintes subeixos:
 - *Assistência Social;*
 - *Cultura e Turismo;*
 - *Educação;*
 - *Esportes e Lazer,*
 - *Saúde.*

Para melhor entendimento do plano de governo foram identificados esses quatro grandes eixos acima e seus subeixos necessários para identificação das ações a serem executadas. Enfim, o grupo de trabalho juntamente com seus colaboradores, traçou as ações mandatórias para cada meta proposta.

Desenvolvimento da Gestão Pública e Economia

Ao pensarmos em gestão pública e humanizada para todos, temos uma variedade de ações e valores pautados pelos princípios constitucionais da administração pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, onde os mesmos são importantes, pois a administração pública lida com os direitos e serviços de todos e por isso, temos o compromisso de estabelecer metas, diretrizes, objetivos e estratégias específicas para atender a necessidade do nosso povo construindo um projeto voltado para uma São felipe melhor e mais humana. Aqui registramos um resumo do nosso tratar a todos de forma igualitaria e onde vamos trabalhar para todas as pessoas, independente de raça, credo, opção sexual, religião ou gênero. O serviço público é um direito, e não um favor prestado à população.

Transparência

Na busca por boas práticas de governança na gestão pública é preciso cada vez mais transparência, e que os meios de participação popular sejam criados e incentivados.

O artigo 37 da Constituição Federal implica que devemos agir de acordo com a lei, de forma imparcial, ética e transparente, além disso, a constituição estabelece autonomia dos municipios e assim, todos tem a competencia de legislar e administrar mediante a sua organização;

É preciso ainda, que o cidadão esteja consciente das informações públicas, assim como, seja capaz de compreender as informações divulgadas. A transparência aproxima o poder público da sociedade, fortalece a democracia e aumenta a participação social. A

participação coletiva na gestão governamental traz grandes benefícios para a coletividade.

Refletir sobre a participação popular no governo é planejar as ações que serão realizadas para que os cidadãos possam monitorar, fiscalizar, avaliar e opinar na gestão pública. Historicamente, o país passou de um regime ditatorial, onde o controle social era feito pelo Estado, para a democracia onde acontece exatamente o inverso.

É fundamental que os governos sejam incentivadores de maior participação da comunidade no planejamento e enfrentamento dos problemas coletivos. Cada cidadão conhece como ninguém sua própria realidade, os pontos fortes e os problemas de sua comunidade. A oportunidade de terem sua participação garantida na gestão faz com que os espaços públicos se tornem democratizados e sintonizados. Uma boa governança da gestão pública precisa lidar com toda a diversidade e complexidade de suas comunidades incentivando a participação. Nossas propostas nesse sentido são:

1. Fortalecer os canais de comunicação com cidadão em todos os níveis de atendimento, promovendo informações e acompanhamentos das demandas de forma eficiente;
2. Divulgar de forma as informações das contas públicas, bem como a disponibilização dos editais, convênios e contratos em plataforma que permita a visualização e o download de arquivos;
3. Garantir informação transparente sobre as metas e ações do governo;
4. Fortalecer a Controladoria Interna e a Ouvidoria visando à qualidade dos serviços prestados aos munícipes;
5. Participação cidadã nos processos decisórios de forma alinhadas com os princípios da democracia participativa;
6. Implantação do sistema de Compliance na Gestão Pública.
7. Fortalecer a participação popular por meio de audiências públicas

para a definição do Plano Plurianual e orçamento anual.

8. Promover a discussão do Plano Plurianual nas escolas municipais (PPA das crianças).

9. Ampliação e fortalecimento dos conselhos municipais.

10. Ampliar a participação popular nos plenárias e audiências públicas por meios tecnológicos e presencialmente.

Eficiência

Organizações públicas eficientes são aquelas que fazem o melhor uso dos seus recursos para obter excelente serviço. A eficiência está intimamente ligada à produtividade, que nada mais é do que a relação entre os serviços prestados e os recursos que foram utilizados para tal. Buscar mais eficiência na gestão envolve explorar a utilização adequada dos recursos, o que contribui no combate à corrupção.

O aumento da eficiência na gestão pública também se relaciona com o desenvolvimento social, já que uma gestão que não é comprometida com um trabalho eficiente gera impacto negativo na vida dos cidadãos. A administração pública é complexa e requer uma análise detalhada dos processos para que se possa escolher o melhor método de trabalho para determinada situação. Por isso, é importante buscar métodos com baixo custo de instalação e manutenção e que atendam eficientemente o maior número possível de metas traçadas pela administração. Nossas propostas são:

11. Promover um sistema integrado de serviços públicos digitais, para a internet e celular, por meio da integração dos sistemas de gestão;

12. Implementar sistemas de autoatendimento e controle dos atendimentos nas repartições públicas promovendo a eficiência e agilidade dos serviços prestados;

13. Ampliar o programa de praças digitais (Wifi – Livre) em todos os bairros do município;

14. Desenvolver um sistema de agendamento eletrônico para os serviços públicos municipais.

Empreendedorismo e renda

Com a globalização e novas tecnologias, o universo do trabalho mudou profundamente nas últimas décadas. Crises econômicas e inovações tecnológicas criaram uma situação de desemprego em massa. Atualmente, produtividade e competitividade adentram não somente na produção, mas também nas relações sociais, fazendo com que indivíduos sejam marginalizados por essa estruturação do trabalho.

Faz-se, portanto, necessário que esses indivíduos possam ser inseridos num contexto pautado pelos princípios da Economia Solidária, que busque a satisfação de necessidades básicas materiais e imateriais, que vá além da obtenção de ganhos e esteja vinculada à reprodução ampliada da vida. A economia solidária tem como base uma associação entre iguais, em vez de um contrato entre desiguais, sendo uma forma de organizar de maneira democrática e igualitária as atividades econômicas, provendo autossustento e bem estar às pessoas.

Dentro da situação apresentada no município de São Felipe, há a necessidade de implementar políticas públicas que atuem de forma interseccional. Isso ocorre através de ações que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade social e violência, desenvolvendo formas de enfrentamento às exclusões e discriminações por meio de medidas de prevenção, reparação, geração de trabalho, renda, opções de acesso e garantia de direitos. Nossas propostas para este subeixo se dão a seguir:

15. Firmar parcerias para cursos profissionalizantes e programas de alfabetização digital;

16. Implantar programas de educação empreendedora, oferecendo cursos de negócios, educação financeira, estratégias de marketing digital e técnicas de vendas;

17. Oferecer medidas de apoio e capacitação para ambulantes que desejam formalizar seus negócios;

18. Criar, apoiar e incentivar o empreendedorismo entre as mulheres, promovendo a igualdade de oportunidades econômicas;

19. Criar, apoiar e incentivar programas para pessoas com mais de 50 anos, oferecendo oportunidades de capacitação e reinserção no mercado de trabalho;

20. Criar, apoiar e incentivar programas específicos inclusivos PCD e LGBTQIAPN+, implementando políticas e programas que promovam a inclusão e igualdade de direitos.

21. Criar, apoiar e incentivar programas de orientação para jovens sobre carreiras do futuro, orientando os jovens sobre as oportunidades de carreiras emergentes e preparando-os para os desafios do mercado moderno.

Agricultura Familiar

A agricultura familiar é responsável por mais do que um terço da economia do município e costuma utilizar menos maquinários, o que acaba auxiliando em mais oportunidades de geração de emprego e renda no campo. É sem dúvida um dos setores mais importantes para a nossa cidade, pois quando há investimentos, acaba refletindo financeiramente na economia local. Portanto, propomos:

22. “Programa Quintal Produtivo Sanfelipense” com o objetivo de fomentar Hortas comunitárias, para aquisição para merenda escolar e distribuição para as famílias de baixa renda;

23. Distribuição de sementes crioulas. Compra da produção das famílias para a merenda escolar;

24. Criar o Festival da Farinha;

25. Melhoria das estradas vicinais para escoamento da produção;

26. Disponibilizar máquinas e equipamentos para pequenos agricultores através de acordos de cooperação técnica com associações rurais;

27. Hortas nas Escolas;

28. Viabilizar nas comunidades, observando sempre as vocações locais a

exemplo das cadeias produtivas já existentes da mandioca, cana-de-açúcar, gado de corte, horticultura e fruticultura a Assistência técnica rural permanente;

29. Fomentar créditos para os pequenos agricultores através de agentes financeiros parceiros;

30. Ações Estruturantes para o Fortalecimento da Agricultura;

31. Implantação de viveiros para produção de mudas frutíferas, essenciais florestais, nativas, entre outras no CAAF para posteriormente fazer a distribuição solidária;

32. Fortalecer ações nas campanhas públicas de vacinação animal.

33. Através da secretaria de agricultura, firmar parcerias para facilitar aos agricultores a realização de análise de solo, com recomendação técnica;

34. Disponibilizar máquinas e implementos agrícolas, no sentido de facilitar e aumentar a produtividade em nossas lavouras;

35. Buscar junto ao governo Estadual e Federal equipamentos agrícolas para município;

36. Incentivar os programas que viabilize a construção responsável e sustentável de pequenas barragens, bem como, de projetos de irrigação para fortalecimento da produção;

37. Plano de Formação para Agricultores e Profissionais Técnicos;

38. Construir plano de formação para agricultores e profissionais técnicos (cursos, oficinas, palestras, dia de campo, encontros para trocas de experiências, etc) nas diversas áreas de conhecimentos agropecuários, empreendedorismo rural, ambiental e de outras áreas afins;

39. Fortalecer ações integradas entre o meio rural e agricultura com a educação, proporcionando a capacitação dos jovens em diversas atividades, visando à permanência no município.

40. Implantação de uma equipe multifuncional da área agrícola, para apoio técnico a toda cadeia de produção;

41. Ações para desenvolvimento de programas, projeto e Políticas Públicas da Agricultura Através de programas, projetos, ações da política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), oferecidas pelos governos do Estado e Federal, firmar convênios, acordos de parcerias, objetivando assistência técnica aos agricultores familiares, focando no apoio ao desenvolvimento rural sustentável, referenciando-se em ações de convivência com o nosso bioma e respeitando o meio ambiente;

42. Buscar de forma articulada e parceira acordos legais com a entidade de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) competente do Estado, para ampliar o processo de emissão da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), pela equipe técnica da secretaria municipal de agricultura;

43. Viabilizar e ampliar a cota de acesso de agricultores familiares ao Programa Garantia Safra;

44. Fortalecer a parceria com as instituições financiadoras através da Política Pública de Crédito do PRONAF (Banco do Nordeste e Banco do Brasil), no intuito de apoiar, dinamizar e ampliar o atendimento de financiamentos aos agricultores familiares do município.

45. Buscar parcerias com o Governo Estadual para realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR)/CEFIR;

46. Buscar parcerias para a regularização fundiária, com entrega do título de propriedade rural;

47. Reorganizar e valorizar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, buscando a máxima mobilização e participação da sociedade;

48. Apoiar na organização das associações e cooperativas, com foco na produção e no social, com criação de um departamento dentro da Secretaria de Agricultura voltado exclusivamente para as associações;

49. Implantar plano destinado à permanente manutenção de estradas rurais,

bem como gradativamente, recuperar estradas vicinais do município;

50. Construir o Programa Municipal de apoio às cadeias produtivas, objetivando o planejamento, apoio técnico e financeiro, desde a implantação até a comercialização da produção agrícola;

51. Incentivar e apoiar os agricultores familiares na participação dos programas federais PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

52. Atração de mais Indústrias;

53. Cursos da EMBRAPA, SENAR E CEPLAC para produção doméstica e economia solidária;

54. Desenvolvimento Agrícola e execução de projetos benéficos;

55. Preservação e conservação do Solo.

56. Capacitação de jovens para a prática agrícola;

57. Cursos de extensão Rural para produtores;

58. Criação de um viveiro Municipal para distribuição de Mudas;

59. Distribuição de mudas para agricultores;

60. Arborização da Cidade e plantação de flores variadas;

61. Feira Verde.

Desenvolvimento sustentável, segurança e mobilidade Urbana

O eixo “Desenvolvimento Sustentável, Segurança e Mobilidade Urbana” consiste em elementos estruturais e entrelaçados que impulsionam o desenvolvimento socioeconômico de um local. Primeiramente, o desenvolvimento sustentável trata da habilidade de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as gerações futuras, ou seja, não esgotar os recursos. Para ser alcançado depende de planejamento, reconhecimento de

que os recursos naturais são finitos e, primordialmente, considerar a proteção ao meio ambiente em todo o processo.

Por fim, a mobilidade urbana é a condição que permite o deslocamento das pessoas em uma cidade, com o objetivo de desenvolver relações sociais e econômicas. Um plano de mobilidade urbana, permitindo que seja fluida, prática e com maior qualidade de vida, é um caminho para a mobilidade sustentável.

Meio ambiente e Saneamento

Na realidade atual, é impraticável que se tenha uma boa gestão sem a preocupação por adotar premissas e ações sustentáveis. O conceito de meio ambiente foi se delineando através dos tempos e pode ser definido legislativamente como o conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

O maior e melhor acesso à informação e o aumento da participação social têm sustentado mudanças de atitude que favorecem maior consciência ambiental coletiva. Há também um envolvimento cada vez maior da sociedade civil nos espaços deliberativos e são esses os princípios de uma gestão descentralizada, integrada, colegiada e participativa. Cumpre ressaltar que os serviços de saneamento básico exercem função especial aos cidadãos, pois são grandes responsáveis na qualidade ambiental, trazendo melhores condições de saúde para a população evitando contaminação e proliferação de doenças. As propostas desse subeixo são:

62. Ensino do Meio Ambiente nas Escolas;
63. Recuperação do Meio Ambiente;
64. Rever e monitorar o destino do Lixo Hospitalar;
65. Cooperativas e Associações de reciclagem de lixo;
66. Preservação e criação de Reservas Florestais;
67. Programa de agroecologia, inclusive nas escolas, além de reciclagem;
68. Maior eficiência nos serviços de coleta e destinação dos resíduos domiciliares.

69. Implantar o Programa de Reciclagem e Coleta de Lixo Seletivo.
70. Construir barracões de triagem do lixo ou pontos de descartes e a realização de trabalho social junto aos “agentes ecológicos”
71. Estimular ações de valorização, aproveitamento e recuperação de praças
72. Desenvolver ações de controle de natalidade de cães e gatos.
73. Incentivar ações e políticas que promovam a sustentabilidade ambiental e a preservação do patrimônio cultural, garantindo a conservação das tradições e identidade local.
74. Realizar campanhas de educação ambiental para moradores e turistas, destacando a importância da conservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural.
75. Realizar um levantamento de nascentes, riachos, rios e fontes de água existentes em nosso município;
76. Apoiar as ações do Conselho Municipal do Meio Ambiente;
77. Desenvolver campanhas de informação e orientação sobre as consequências do desmatamento ecológico, de queimadas, poluição de rios e córregos e também do uso de agrotóxicos na horticultura, essa conscientização será feita através de informativos, rádios, blogs, palestras, seminário.
78. Estimular um modelo agroecológico de produção rural no município.

Segurança e Defesa Civil

A própria definição do que seria, de fato, segurança pública é complexa. O conceito serve mais como uma estrutura de instituições e relações sociais sobre como o Estado administra a ordem e os conflitos sociais. A segurança pública necessita de estruturas estatais e de demais organizações da sociedade para ser efetiva. A participação social por meio de instituições representativas é essencial para delinear qualquer política pública e estabelecer uma segurança cidadã.

Atualmente, vivenciamos no centro e zona rural um contexto cada vez mais presente de insegurança. É urgente a necessidade de mudança de atuação dos organismos de segurança pública agindo com eficácia, mais humanidade e rapidez evitando, assim, o aprofundamento do sofrimento social. As ações referentes a esse tópico são:

79. Criar o Plano de Segurança Municipal;
80. Parceria com a Polícia Militar para o policiamento preventivo e parceria com a Polícia Civil;
81. Envolver a Polícia Militar nas comunidades com políticas públicas;
82. Maior iluminação das vias públicas e serviço de ronda municipal;
83. Políticas de educação, cultura, esporte e lazer nos bairros;
84. Instalação de câmeras de monitoramento em pontos estratégicos da cidade;
85. Atuar de forma integrada com o Conselho Tutelar, resguardando as competências legais do órgão;
86. Implantação do Conselho Municipal de Segurança Pública;
87. Criação da guarda municipal para segurança das escolas e vias públicas.

Trânsito e Mobilidade Urbana

Estratégias de mobilidade urbana devem propor medidas de construção, ampliação, adequação e operação do sistema viário principal. Essas medidas visam tirar o melhor proveito da condição urbanística da cidade, melhorar a segurança e fluidez do tráfego geral e determinar diretrizes para planejamento, operação, gestão e regulação do transporte coletivo. Deve-se agir com planejamento prévio e transparência priorizando os meios de transporte coletivos e os não motorizados (pedestres e bicicletas).

Os recursos federais para investimento público em mobilidade urbana foram limitados desde o começo do século XXI. Além da melhoria do transporte coletivo é necessário pensar no uso racional do automóvel e no planejamento integrado dos serviços

com a ocupação e utilização do solo. O departamento de trânsito precisa agir com planejamento, condições de trabalho e equipe suficiente de recursos humanos para acompanhamento das ações. Propõe-se, para esse subeixo, as seguintes ações:

88. Otimizar os serviços de transporte público;
89. Criar a Rodoviária municipal e ampliar a rede de empresas de ônibus;
90. Criação de pontos de taxi, moto taxi e transporte escolar devidamente sinalizados.
91. Implantar abrigos novos e com melhor estrutura física para os usuários ao longo das linhas de transporte coletivo;
92. Sinalização das vias principais da cidade;
93. Implementar no município a Política Nacional de Mobilidade Urbana, garantindo acessibilidade às pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, idosos, pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, mulheres, trabalhadores de baixa renda e crianças em todos os equipamentos públicos do município;
94. Implementar o programa de educação de trânsito para crianças e adultos, pedestres e motoristas;
95. Estimular os modais de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizados;
96. Construir, em sintonia com a sociedade, um sistema inteligente, humanizado e seguro de mobilidade que estabeleça prioridades na cidade para locomoção a pé através de calçadas acessíveis, para bicicletas e transporte coletivo;
97. Planejar e requalificar ruas, vias, logradouros e praças, facilitando o acesso dos pedestres de forma segura;
98. Criar, revitalizar e ampliar as ciclovias existentes na cidade, incentivando o uso da bicicleta para o lazer e trabalho;

99. Promover medidas humanizadoras no trânsito, especialmente, nos locais de grandes congestionamentos;

100. Racionalizar o fluxo intenso do transporte de cargas em parceria com empreendedores do comércio.

101. Ampliar a sinalização viária horizontal e vertical em todos os bairros, bem como a realização de estudos para implantação de novas sinalizações, como vagas de idoso e PMFR, proibição de estacionamento, inversão de sentidos de circulação, e demais solicitações enviadas pela população em geral;

102. Criar um programa Agentes de Mobilidade Mirim, com objetivo de conscientizar os alunos da rede municipal e particular.

Desenvolvimento Urbano

O desenvolvimento urbano abrange uma variedade de aspectos fundamentais que moldam a qualidade de vida e o futuro sustentável das comunidades. É imprescindível reconhecer o papel vital do centro urbano como impulsionador do crescimento econômico, centro de inovação e local de convivência humana. Este reconhecimento abrange diversas áreas cruciais, incluindo habitação, infraestrutura, com destaque para o saneamento básico, mobilidade urbana, planejamento urbano e outros setores relevantes para o desenvolvimento.

Infraestrutura e Obras

O desenvolvimento urbano começa com o planejamento e o ordenamento adequado do território, envolvendo o planejamento de zonas residenciais, comerciais, industriais e de lazer, além da criação de infraestrutura básica, como rede de transporte, abastecimento de água, esgoto e energia. Um planejamento eficiente contribui para a organização espacial da cidade, reduzindo conflitos de uso do solo e promovendo a criação urbano sustentável.

103. Renovar fardamento e equipamentos de proteção individual para os servidores da limpeza pública;

104. Buscar recursos do Governo Federal e Estadual para garantir a pavimentação de 100% das vias urbanas e das principais localidades da zona rural;

105. Promover a revitalização das praças públicas na zona urbana e principais localidades da zona rural;
106. Eliminar pontos escuros da cidade por meio da extensão da rede de iluminação;
107. Ampliar a iluminação pública substituindo as lâmpadas de mercúrio por LED.
108. Implantar sistema de gerenciamento da iluminação pública com sistema de georeferenciamento, oferecendo maior controle e eficiência;
109. Potencializar as ações de Saneamento Básico, Água e Esgoto;
110. Realizar estudo de viabilidade técnica para implantação de Aterro Sanitário Simplificado no município;
111. Realizar campanha educativa, em parceria com escolas e associações, quanto a coleta de lixo e a retirada do entulho;
112. Realizar campanha educativa, em parceria com as Secretarias de Saúde e Desenvolvimento Social, para implantar a coleta seletiva do lixo, de modo a diminuir a produção do lixo do município e estimular a geração de renda;
113. Recuperar as estradas vicinais para melhor acesso a cidade, com manutenção permanente;
114. Reestruturação da Feira livre, atendendo às regras da Vigilância Sanitária;
115. Promover a sinalização na zona rural inclusive com o disciplinamento de quebra molas;
116. Promover a melhoria dos transportes urbanos de passageiros, visando maior conforto da população;
117. Construir rampas nos prédios públicos, de modo a permitir

a mobilidade das pessoas com deficiência;

- 118. Criar parques de recreação infantil nas comunidades;
- 119. Recuperar e ampliar a frota de veículos da Prefeitura;
- 120. Portal da entrada da cidade charmosa, florida e alegre, dando boas vindas aos visitantes;
- 121. Construção de Unidade de Atendimento ao Turista;
- 122. Promover a construção, recuperação e iluminação de quadras poliesportivas;
- 123. Implementar no município a Política Nacional de Mobilidade Urbana, garantindo acessibilidade às pessoas com deficiência e /ou mobilidade reduzida em todos os equipamentos públicos do município e as demais políticas;
- 124. Saneamento Básico em parceria com a Embasa ou estudo de soluções baratas e sustentáveis, tais como construção de caixa coletora e decantação para o tratamento orgânico do esgoto;
- 125. Incentivo à preservação do patrimônio histórico da cidade;
- 126. Ordenamento dos novos loteamentos, só o permitindo com infraestrutura básica;
- 127. Recuperar e ampliar a cobertura vegetal, de jardins, com tratamento paisagístico, de praças, avenidas, bairros e ruas;
- 128. Arborização paisagística de toda a cidade, com planejamento por ruas e bairros, em parceria com moradores, comerciantes, associações, igrejas e grêmios estudantis.

Desenvolvimento Humano

O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para medir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características, tais como as sociais, culturais, educacionais, lazer, saúde, políticas públicas que influenciam a qualidade da vida humana.

Assistência Social

Ao planejarmos e desenvolver o plano de governo do nosso município é de tamanha importância reconhecer os objetivos fundamentais da política de assistência social, desenvolvendo um papel vital nessa promoção, do bem estar e na garantia dos direitos sociais do cidadão e com um direcionamento maior aos vulneráveis e em situação de risco social. Essa proteção efetiva-se por um conjunto de ações, que se destinam a todos, e tem a responsabilidade de resolver, suprir e prover determinadas necessidades da população.

A Assistência Social como política de proteção social configura-se como uma nova possibilidade para o nosso País. São Felipe um Município com Gestão Básica, necessitando de ampliação e melhoramento no atendimento no que se refere ao atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social.

No entanto, a consolidação da assistência social como política pública e direito social, ainda exige o enfrentamento de importantes desafios. Assim, nossa proposta de governo é fazer valer o que preconiza essa importante política e garantir atendimento de qualidade a todas as famílias que dela necessitam.

Frente aos desafios propomos o desenvolvimento e a continuidade de formas inovadoras e criativas na sua implementação, gestão, monitoramento, avaliação e informação.

129. Criar uma unidade móvel para oferecer serviços de Assistência Social;

130. Ampliar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo nas comunidades (SCFV/CRAS/PAIF);

131. Ampliar o SCFV para a zona rural;

132. Ampliar as Oficinas Operativas para usuários do Bolsa Família no CRAS;

133. Criar oficinas de emprego e renda para o público do Bolsa Família;

134. Criar capacitações para os Conselhos sociais;
135. Criação da Casa dos Conselhos;
136. Promover e ampliar a Capacitação Continuada para a Rede Sócio-assistencial (CRAS/BF/CMAS/CREAS/SCFV);
137. Potencializar os atendimentos as famílias atendidas no CRAS através do PAIF;
138. Promover a Capacitação Continuada para a Rede de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA/CT/CRAS e CRAS/SCFV);
139. Implantar os serviços do CRAS, CREAS e BF de forma itinerante nas comunidades;
140. Promover as Campanhas de Acesso a Direitos no CRAS E CREAS;
141. Ampliar no âmbito Municipal as políticas de Proteção as Pessoas com Deficiência através do CRAS;
142. Ampliar ações de promoção da assistência às famílias carentes do município, de acordo com LEI DE BENEFICIOS EVENTUAIS;
143. Ampliar os Serviços de Atendimento do BOLSA FAMILIA;
144. Criar o Balé Municipal;
145. Promover palestras nas comunidades voltadas para o acesso aos direitos nas (Escolas, USF, Associações, etc.);
146. Executar o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos);
147. Potencializar os atendimentos das famílias atendidas no CREAS através do PAEF;
148. Promover a participação ativa da comunidade na definição das prioridades e na elaboração de políticas e ações sociais;
149. Implementação de programas que promovam a prevenção, tratamento e reintegração dos usuário visando conscientizar o jovens sobre o risco do consumo de drogas;
150. Criação do Programa de Incentivo Primeiro Emprego, oferecendo aos jovens a oportunidade de adquirir experiencia profissional e desenvolver habilidades;

151. Fortalecer e ampliar as políticas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) por meio de ação conjunta de todos os órgãos que defendem e integram o sistema de garantia de direitos;

152. Elaborar e implementar um programa de combate a desnutrição e mortalidade infantil, através da criação do corpo de vigilância nutricional, que será responsável pelo levantamento e cadastramento das crianças de 0 a 5 anos, com maior risco de vida, bem como diagnóstico da condição socioeconômica e pela definição das ações adequadas para o caso;

153. Privilegiar atividades socioeducativas em espaços abertos para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;

154. Inserção em programa de alimentação alternativa visando ao fornecimento de complemento alimentar e nutricional;

155. Implementação do Plano Municipal para erradicação do trabalho infantil e quaisquer forma de exploração com esse público;

156. Fortalecer e fomentar a ação dos Conselhos Tutelares, e do Conselho do Direito da Criança e do Adolescente;

157. Garantir programa de inclusão, melhoria da qualidade de vida, saúde e prevenção de agravos inerentes às pessoas idosas, através de programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.

158. Desenvolver acesso a serviços, lazer, cultura e atividades físicas, de acordo com a sua capacidade funcional;

159. Estimular a formação de profissionais especializados na atenção aos idosos;

160. Buscar garantir o atendimento integral do idoso, valendo-se, entre outros serviços, do Programa de Saúde da Família;

161. Adequar praças e espaços públicos para o uso da pessoa idosa.

162. Construção do Centro de Convivência e Lazer para os Idosos;

163. Inserir os idosos nas festividades culturais;

164. Implantar serviços de convivências para idosos nos distritos e nas comunidades rurais;

165. Garantir a adequação do município à legislação que versa sobre o direito à acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

166. Possibilitar o acesso e o direito à cidade das pessoas com deficiências por meio de políticas públicas com inclusão social;

167. Fortalecer o Programa de Educação Inclusiva, garantindo a presença de profissionais em Libras e Braille;

168. Ampliar o reordenamento dos Serviços previstos no SUAS, garantindo o acesso das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade;

169. Garantir assistência integral das crianças com deficiência ou com necessidades especiais de aprendizado;

170. Fomentar junto ao empresariado local ações a fim de assegurar a contratação mínima de pessoas com deficiência;

171. Apoiar a criação de Espaços Comunitários voltados para a geração de emprego e renda para mulheres;

172. Implantar programa de qualificação específico para as mulheres;

173. Interlocução com a Defensoria Pública para atendimento à Mulher;

174. Monitorar/Fiscalizar a aplicação Notificação Compulsória de Violência Contra a Mulher;

175. Implantar salas de Atendimentos à Mulher na Delegacia de São Felipe.

176. Monitorar a aplicação, na integralidade, da Lei Maria da Penha;

177. Viabilizar um espaço para instalação dos Serviços Especializados para as mulheres vítimas de violências;

178. Projeto específico de autonomia financeira das mulheres vítimas da violência domésticas voltadas para a qualificação e a intermediação da mão de obra;

179. Prevenir a violência sexual e doméstica, fortalecendo no Município a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;

180. Ampliar as ações conjuntas com a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

181. Promover o respeito à livre orientação sexual como elemento da cidadania e de afirmação de direitos, através do fomento de valores como a diversidade, a pluralidade e respeito

ao próximo;

182. Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação ao público LGBTQIAPN+ nas escolas e demais órgãos públicos;

183. Implantar ações de programas que garantam atividades em consonância com o Plano Nacional de combate à homofobia e à violência.

184. Facilitar acesso à documentação pessoal oficial aos ciganos, concedendo - lhes cidadania facilitando a identificação pessoal em qualquer ocasião(RG , Certidões , carteiras de vacinação etc.);

185. Reconhecimento por parte do Poder Público da necessidade de orientação dos Ministros Religiosos quanto aos seus direitos e deveres civis (liberdade religiosa), previdenciários (aposentadoria para sacerdotes), criminais (perturbação do sossego e crime contra o meio ambiente), tributários (imunidade tributária quanto ao IPTU) administrativos (alvará de funcionamento e regularização dos Terreiros);

186. Lutar contra preconceito, discriminação e intolerância religiosa;

187. Planejar ações intersetoriais e oferta de programas e serviços para combater o trabalho infantil;

188. Ampliar e oportunizar a participação de mulheres negras em programas municipais de formação e capacitação para o trabalho;

189. Promover ações que auxiliem a mulher negra na inclusão ao mercado de trabalho;

190. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

Cultura e Turismo

Muito mais do que democratizar a cultura permitindo, igualmente, a todas as pessoas o acesso a bens e equipamentos culturais, primordial para o crescimento humano, é preciso também que a gestão pública acolha toda a diversidade dos padrões de cultura. Isso significa que há diferentes públicos para diferentes conjuntos de atividades que responderão de formas diversas,

dependendo da localização, faixa etária, classe social, histórico familiar e bagagem cultural anterior. O papel da gestão pública na cultura é colaborar com as várias práticas culturais e linguagens artísticas contribuindo para a construção da cidadania cultural. Afinal, a arte é uma das maneiras mais eficientes para manifestar tendências, criar conceitos e inserir novas maneiras para a ampliação da percepção do mundo, o que contribui fortemente para a formação cultural e social do cidadão. A cultura na gestão pública é uma ação solidária, libertadora e igualitária.

Fortalecer verdadeiramente uma gestão social de bens e equipamentos de cultura abrange planejar múltiplos espaços e formas de participação, assim como múltiplas formas de planejamento e avaliação. A gestão social é um processo de diálogo. E as responsabilidades e decisões são compartilhadas entre todos os agentes envolvidos. Nesse sentido, propomos as seguintes ações:

191. Concursos de Banda Marcial Municipal;
192. Criação de nova Identidade Cultural respeitando a diversidade;
193. Revitalização dos Valores e Símbolos locais: Hino local, Bandeira local. Ensino da história da cidade nas escolas;
194. Concurso de redação sobre a história da cidade e localidades para publicação.
195. Semana da Cultura Municipal com exposição e feira envolvendo todas as linguagens artísticas;
196. “Sexta na Praça” – sempre uma vez por mês apresentação de artistas locais em local público, com exposição de artes, fotografias, livros e todas as manifestações culturais;
197. Criação do Museu da Farinha;
198. Comemoração do dia da cidade com foco na cultura local e publicação de livros sobre a história da cidade;
199. Documentário sobre a História da cidade;
200. Criar a filarmônica municipal;
201. Firmar parcerias com entidades para a realização de eventos festivos e comemorativos a exemplo das Festas Juninas, período natalino e festas populares tradicionais;
202. Construção da Casa da Cultura e Cidadania com ensino de Arte em todas as

suas linguagens: Teatro, fotografia, música, dança, capoeira e artes plásticas;

203. Incentivo às manifestações populares;
204. Criar Dia da Arte da cidade;
205. Circo de Cultura e Arte nos bairros mais populares e povoados: Arte para o Povo.
206. Criar Orquestra Sinfônica Municipal.
207. Promover ações culturais que difundam projetos artísticos executados por mulheres negras;
208. Fomento aos artistas locais.
209. Projeto “Livros Livres”, com a criação de caixas para livros e instalação nas praças da sede e zona rural.
210. Implementação de ações e políticas que promovam a sustentabilidade ambiental e a preservação do patrimônio cultural, garantindo a conservação das tradições da identidade local.
211. Criar Projeto de levantamento e resgate dos traços culturais do município;
212. Realizar o Censo Cultural em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, para catalogar todas as manifestações artístico-culturais existentes no Município;
213. Criar política de incentivo aos movimentos culturais;
214. Estabelecer um calendário de eventos oficiais, resgatando a tradição e garantindo a preservação e perpetuação da cultura da cidade;
215. Viabilizar recursos para construção de um espaço cultural, com teatro, auditório e sala de cinema, onde possam ser realizadas oficinas, cursos, espetáculos;
216. Realizar parcerias com profissionais da área para a implantação de oficinas de música, teatro, artes plásticas, pinturas, etc..

Educação

Gestores e lideranças públicas devem influenciar pessoas, organizar ações, trabalhar com a diversidade, com a diferença de ideias e opiniões, com trocas mútuas com a sociedade civil durante o processo de melhoria da educação. Ao buscar somente resultados, podemos perder de vista a noção de educação como bem público e como direito social. Pensar em educação é pensar em pessoas, e permitir que essas pessoas sejam parte desse processo em que estão inseridas, para que os índices deixem de ser apenas números e representem, de fato, melhorias na qualidade de vida e desenvolvimento humano.

A educação de qualidade e em tempo integral consiste na meta que pretendemos atingir nos próximos quatro anos de gestão. Para que isso ocorra precisamos implementar ações que venham ao encontro das necessidades educacionais dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.

Neste sentido, compreendemos que a educação de qualidade passa pelo direito ao acesso à escolarização na Educação Infantil. É nossa meta universalizar o atendimento às crianças de 4 e 5 anos, bem como atender a atual demanda reprimida. Aperfeiçoaremos o atendimento no ensino fundamental (1º ao 5º ano) e suas modalidades (Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos).

E para elevarmos o padrão de qualidade educacional continuaremos investindo em reformas, ampliações e construção de novas escolas e adquirindo material didático compatível com a faixa etária das crianças. Também será garantido o nível de qualidade da alimentação escolar, e iremos investir na formação e na valorização dos profissionais da educação.

217. Revisão e atualização dos dispositivos legais que regem a Educação (Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Estatuto do Magistério e dos Funcionários), inclusive os que fazem referência a Educação Especial, de modo a garantir perspectiva inclusiva;

218. Modernizar os equipamentos das Escolas de Educação Infantil com Brinquedos e materiais pedagógico,.

219. Fortalecer e ampliar a formação continuada e capacitação dos profissionais da educação;
220. Revitalizar unidades escolares de acordo com a necessidade;
221. Ampliar o programa de formação continuada para todos os profissionais da educação, em parceria com instituições de ensino superior;
222. Implantar políticas de acompanhamento escolar (diagnóstico, acompanhamento pedagógico e avaliação do aprendizado) para combater a evasão e o analfabetismo;
223. Criar o programa de distribuição gratuita anual de uniformes para todos os alunos da rede municipal de ensino;
224. Estimular o melhor aproveitamento dos produtos cultivados no município para a merenda escolar;
225. Fazer um trabalho com as comunidades escolares para estimular a construção de hortas comunitárias nas escolas;
226. Modernizar e ampliar a Biblioteca Municipal;
227. Criar o programa biblioteca nas praças;
228. Criar tendas de leitura, com pontos de internet, nas comunidades locais;
229. Implantar Programa aluno nota 10;
230. Capacitar os professores para trabalhar com alunos com deficiências;
231. Criar a Fanfarra Municipal;
232. Criar o Coral Municipal;
233. Promover a realização de Jogos Inter-Escolares;
234. Valorização e autonomia do professor municipal;
235. Assegurar direitos adquiridos e legislados aos profissionais da educação;

- 236. Fortalecer o Conselho Municipal de Educação;
- 237. Fortalecer o Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- 238. Estimular a criação de organismos colegiados escolares;
- 239. Realizar um trabalho de conscientização e articulação com os interessados, para melhorar a frota do transporte escolar e a qualidade do atendimento ao aluno.
- 240. Fortalecer a oferta de atividades culturais e esportivas nas escolas e comunidades, promovendo o desenvolvimento pessoal, social e emocional de crianças e jovens vulneráveis.
- 241. Implementar um projeto de difusão da história e cultura local, destacando sua importância como formadora da identidade cultural da comunidade.
- 242. Implementar nos currículos escolares como conteúdos transversais as temáticas educação empreendedora e financeira, sócioemocional, sustentabilidade e meio-ambiente, normas de trânsito, diversidade e respeito às diferenças.

Esportes e Lazer

O Esporte precisa ser compreendido na gestão pública nas suas dimensões educacionais, participativas e de rendimento. O planejamento da gestão deve traçar ações que atendam às necessidades presentes, como também estabelecer bases para a obtenção de resultados a médio e longo prazo. É de grande impacto a importância do esporte formal e não-formal na promoção da qualidade de vida da população. O esporte é muito mais do que apenas competição, assim como o lazer vai além de uma brincadeira.

É preciso evidenciar o esporte e lazer como parte das funções e vocações da cidade, como direito dos cidadãos e como parte da nossa identidade local, como povo. Também salientar e valorizar a importância da regularização do exercício da profissão do profissional de educação física, profissão agora regulamentada pelo Congresso Nacional e estruturada a partir de Conselhos Federal e Regionais. Todos os Sistemas, Secretarias, Fundos, Conselhos, Conferências e Seminários devem promover programas e projetos na área do esporte como políticas públicas instituídas. As ações desse subeixo são:

243. Desenvolver atividades de lazer em todo o Município, em espaços públicos nos finais de semana e feriados, oportunizando lazer e entretenimento à comunidade em geral;

244. Promover o projeto "Ginástica para todos", com aulas de alongamento, ginástica aeróbica, localizada, funcional e laboral;

245. Criar escolinhas dos diversos segmentos esportivos, com o objetivo de retirar as crianças das ruas, das drogas, da marginalidade;

246. Promover a iniciação desportiva em diversas modalidades;

247. Prestigiar e apoiar atletas que se destaquem nas competições municipais e estimular parcerias com o comércio local;

248. Organizar segmento esportivo através do fortalecimento e apoio às entidades desportivas do município;

249. Cadastrar as Instituições Esportivas do município para subsidiar planejamento das ações do setor;

250. Realizar as "Olimpíadas Municipais", com disputa de várias modalidades esportivas, visando à integração social e promoção da saúde;

251. Captar eventos esportivos para as principais categorias existentes;

252. Incentivar a realização de competições amadoras de diversas modalidades;

253. Implantar os festivais de música, dança, gospel, teatro e cinema;

254. Implantar o Projeto Transformar: Cultura de Paz;

255. Ampliar os telecentros digitais, proporcionando inclusão digital;

256. Construir de campos de várzea nas localidades da zona rural;

- 257. Interiorizar o esporte, através da realização de campeonatos locais e municipal, em parceria com a Liga Sanfelipense de Futebol, entidades desportivas e comércio local;
- 258. Viabilizar recursos para construção de Quadra Poliesportiva no município;
- 259. Inovar as atividades físicas e esportivas para a melhor idade
- 260. Promover competições de corridas e caminhadas na cidade.

Saúde

A gestão da saúde é complexa; ao mesmo tempo em que se observa tendências pela cobrança pela flexibilização da gestão, há cobrança pelo aumento da responsabilidade da administração pública. As tendências gerais de saúde da população serão àquelas que forem relevantes para a gestão do sistema de saúde, já que no Brasil o SUS é um direito universal de todos. E assim como em outras áreas da economia, o SUS herdou algumas das características das desigualdades sociais brasileiras. Antigamente, os Estados mais desenvolvidos e com maior número de beneficiários trabalhadores da economia formal recebiam mais recursos que o restante dos territórios. Por isso, hoje em dia é necessário planejar os recursos existentes de acordo com as realidades de saúde locais e regionais.

A qualidade nos serviços públicos de saúde passa obrigatoriamente pela humanização do atendimento. Desde a recepção nas unidades básicas de saúde até o atendimento hospitalar, o serviço de saúde será aprimorado e realizado com zelo e respeito ao cidadão sanfelipense.

Nosso compromisso é investir na qualificação do modelo assistencial de saúde, desenvolvendo atividades de promoção, prevenção e recuperação da saúde, focando em programas especiais para a criança, a mulher, o homem e a melhor idade, por meio de um atendimento acolhedor e integral ao cidadão, observando os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Dessa forma, o principal objetivo deste mandato é reestabelecer a qualidade e resolutividade dos serviços de saúde, já experimentado pelo povo sanfelipense, com

sustentabilidade de ações eficientes e efetivas, focando em uma gestão que acolha as pessoas e garanta uma saúde pública que atenda às necessidades da população.

É necessário investir cada vez mais na atenção primária, já que a desigualdade de acesso e de qualidade na atenção primária cria inúmeras dificuldades para o desenvolvimento do restante do sistema. É preciso, ainda, pensar em redes de saúde, como sistemas integrados de atenção que atendam a população de um território de forma coordenada, superando a fragmentação. Nesse processo, a população pode - e deve - participar das decisões das políticas de saúde pública através da participação em diversos espaços públicos, como as audiências públicas e os conselhos gestores. As ações propostas para esse segmento são:

261. Fortalecimento e ampliação do Programa de Saúde da Família e da Mulher;

262. Ampliação no horário de atendimento nos Postos de Saúde, ampliando também o horário do atendimento médico;

263. Instrumentalizar os profissionais de saúde e os diversos agentes da saúde que trabalham em campo com tecnologias que os qualifiquem para melhorar a comunicação e a difusão da informação em saúde;

264. Aprimorar o processo de territorialização como instrumento de promoção e prevenção à saúde, incorporando todas as áreas que tenham interface com a saúde e utilizando como base o planejamento;

265. Ampliar o atendimento médico, odontológico, fonoaudiológico, psicológico e nutricional aos alunos da rede municipal de ensino, através da ampliação do Programa Educação e Saúde na Escola;

266. Melhoria no Programa de saúde do idoso, garantindo o acesso através do sistema de saúde e serviços especializados, informação sobre doenças degenerativas, tratamentos (Doença de Parkinson, Alzheimer, entre outras) que afetam esse grupo social;

267. Ampliar o número de itens de medicamentos distribuídos gratuitamente pela Rede Municipal de Saúde;

268. Modernizar a Maternidade de Baixo risco, dando maior cobertura aos partos do município, às cirurgias ginecológicas e, o atendimento ambulatorial ginecológico;
269. Ampliação na oferta de exames de mamografia e ultrassonografias;
270. Ampliação do número de vagas para sessões de hemodiálise;
271. Implementar ações de saúde do jovem, com ênfase na redução da gravidez na adolescência;
272. Ampliação do atendimento da saúde mental para redução dos transtornos e diminuição de casos de suicídio, mutilações e depressões;
273. Potencializar o trabalho de rede, para redução da exposição de crianças e mulheres, vítimas de violência sexual e outras;
274. Implantar o serviço de Consultório Volante, para atendimento em locais de grande vulnerabilidade social;
275. Implantação do CER - Centro de Especialidade e Reabilitação, para usuários com deficiência auditiva e motora;
276. Implantar o tele atendimento (telemedicina) entre as unidades de saúde, para utilizar o corpo clínico em unidades com grande demanda;
277. Ampliar o atendimento médico e dos programas de promoção e prevenção à saúde existentes nas unidades de Saúde, bem como implantar o atendimento com base na classificação de risco;
278. Reestruturar o organograma da Secretaria Municipal de Saúde, de modo a atender as prerrogativas do Pacto de Gestão do SUS;
279. Reorganizar o Fundo Municipal de Saúde, de modo a atender as prerrogativas do Pacto de Gestão do SUS;
280. Realizar nova Programação Pactuada Integrada (PPI), fortalecendo o município através da recomposição dos recursos do SUS;
281. Fortalecer o Conselho Municipal de Saúde;
282. Implantar os Conselhos Locais de Saúde em cada área de abrangência do Saúde da Família;

283. Reestruturar o CPD com aquisição de equipamentos e programas necessários para um melhor funcionamento;
284. Informatizar e integrar em rede todas as unidades de saúde do município;
285. Implantar o serviço de Ouvidoria Municipal do SUS;
286. Viabilizar recursos públicos para reforma da estrutura física do HMMAS;
287. Qualificar, reorganizar e ampliar a Estratégia do Saúde da Família no município;
288. Adquirir Escovódromos para realização de atividades de promoção de saúde bucal nas comunidades e escolas;
289. Realizar as Feiras de Saúde / Mutirão da Cidadania na sede e nas localidades rurais, aproximando a gestão da saúde e os serviços de saúde da população;
290. Ampliar as ações de promoção da saúde e educação popular em saúde, buscando informar a população quanto ao uso correto de medicamentos, consumo de exames e consultas, alimentação saudável, práticas de atividade física, entre outras ações, buscando melhorar os hábitos de vida e saúde da população e contribuindo com uma produção de saúde com mais qualidade e humanização;
291. Implantar a Academia da Saúde para estimular a prática de atividades físicas para a população em geral, mas especialmente para a população em situação de risco (Hipertensão, Diabetes);
292. Reestruturar a Farmácia Básica Municipal, viabilizando a assistência farmacêutica para garantir a oferta constante de medicamentos para a população e o uso racional de medicamentos;
293. Implementar ações de Saúde do Trabalhador;
294. Fortalecer a rede de referência e contrarreferência do HMMAS com as ESF e com serviços de outros municípios, garantindo a

resolutividade e a integralidade do cuidado em saúde para nosso povo;

295. Revisar a lei de criação do PMAQ-AB, garantindo a transparência e a premiação salarial dos servidores da saúde baseado na gestão por resultados;

296. Implantar Programa de Educação Permanente e Continuada para os servidores da Secretaria Municipal de Saúde, com foco na humanização do serviço;

297. Renovar a frota de veículo comum e ambulância da Secretaria Municipal de Saúde;

298. Qualificação do SAMU 192, manutenção adequada dos insumos necessários e capacitação dos profissionais.

299. Implementação de Políticas de Prevenção e Promoção à saúde;

300. Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica;

301. Modernização da gestão hospitalar e Ambulatorial;

302. Capacitação e Valorização dos profissionais da saúde;

303. Articulação e pactuação regional;

304. Regulação de serviços de saúde;

305. Telemedicina e Telessaúde;

306. Investimento em recursos e equipamentos;

307. Melhoria das instalações e infraestrutura;

Considerações Finais

Viver em São Felipe é saber que você mora em umas das cidades mais acolhedoras da Bahia, com diversas riquezas naturais, culturais e inúmeras potencialidades, mas também é conviver com a desigualdade e com uma cidade ainda com muito a fazer pelos menos favorecidos, mulheres, crianças, idosos, jovens e minorias, sobretudo aqueles que residem nas extremidades de nossa cidade e zonas rurais que carecem de investimentos públicos.

Este Plano de Governo propõe apresentar algumas soluções para os problemas urgentes, imediatos e que não podem esperar, com coragem desde o primeiro momento, para promover uma cidade mais justa, humana e menos desigual. Assim como planejamos para os próximos 4 anos diversas ações importantes para a cidade de São Felipe, perpassando pela atenção à saúde devendo ser tratada como prioridade e humanizada, como desejamos também que nossas crianças e jovens possam ter educação pública e gratuita de qualidade, cultura, lazer, informação e esporte, apresentamos um Plano de Governo moderno, justo, igual e digno para que as pessoas possam viver mais felizes e com orgulho de serem sanfelipenses.

Desta forma, assim como este Planejamento Governamental Municipal foi elaborado democraticamente, ouvindo a população e suas demandas, temos a esperança que realizaremos um trabalho voltado para a melhoria da qualidade de vida, crescimento econômico, cultural e social com a certeza que tudo sempre será “Por Amor a São Felipe”.